

MANIFESTAÇÃO À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Concorrência Eletrônica nº 011/2025

Prefeitura Municipal de Itabaiana – Estado de Sergipe

Interessado: Geo Top Empreendimentos LTDA

Objeto: Serviços de Regularização Fundiária Urbana – REURB

I – RELATÓRIO

A presente impugnação questiona o item 16.4 do edital, que define como requisito para a função de coordenador técnico profissional de nível superior Arquiteto(a) e/ou Engenheiro(a) Civil, registrado no CAU ou CREA, com experiência comprovada por Certidão de Acervo Técnico (CAT) e histórico de atuação em elaboração, aprovação e registro de Projetos de Regularização Fundiária Urbana, bem como coordenação e supervisão de ações de regularização fundiária.

A impugnante sustenta que a função poderia igualmente ser desempenhada por Engenheiro Agrimensor, Cartógrafo, Advogado com experiência em REURB, Assistente Social ou Urbanista, desde que possuam experiência comprovada.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Lei nº 13.465/2017 e o Decreto nº 9.310/2018 reconhecem que a Regularização Fundiária Urbana (REURB) é atividade multidisciplinar, envolvendo profissionais de diversas áreas. Contudo, a legislação não determina que a coordenação técnica geral seja atribuída indistintamente a qualquer profissional de nível superior. Cabe ao edital, observando critérios técnicos e de

Mikaelly da Silva Oliveira
Arg. Urb. CAU/SE A195461-0
Coordenador de Núcleo
Prefeitura Municipal de Itabaiana



razoabilidade, estabelecer o perfil que melhor atenda à condução global e à compatibilização das etapas do processo.

O edital vigente:

Determina, no item 16.4, que a coordenação técnica seja exercida por Arquiteto(a) e/ou Engenheiro(a) Civil, considerando as competências atribuídas a esses profissionais pelo CAU e CREA, especialmente no que tange à elaboração e compatibilização de projetos urbanísticos, gestão técnica e integração das disciplinas envolvidas na REURB;

Prevê, nos itens 16.5, 16.6 e 16.7, a exigência de outros profissionais essenciais ao processo — incluindo Advogado, Engenheiro Agrimensor, Cartógrafo, Assistente Social, entre outros — assegurando a presença de uma equipe técnica completa e interdisciplinar, sem excluir ou minimizar o papel dessas áreas.

Ademais, o fato de determinadas profissões não figurarem como elegíveis para a função de coordenação técnica **não viola os princípios basilares da Administração Pública**, tampouco restringe ou inviabiliza a participação de empresas interessadas. A REURB é realidade consolidada no Brasil desde 2017, havendo ampla disponibilidade de arquitetos e/ou engenheiros civis qualificados para exercer tal atribuição, garantindo que qualquer empresa possa estruturar equipe apta a atender a exigência editalícia e, assim, participar do certame.

A exigência de um coordenador técnico com formação em Arquitetura ou Engenharia Civil visa assegurar eficiência, centralização de responsabilidades e coerência técnica, sem prejuízo da indispensável atuação conjunta dos demais profissionais nos limites de suas competências legais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto:

Mikaely da Silva Oliveira
Arg Urb CAU/SE A195461-0
Coordenador de Núcleo
Prefeitura Municipal de Itabaiana

1. A ampliação do rol de profissionais aptos à coordenação técnica não encontra amparo obrigatório na legislação vigente;
2. O edital já contempla a participação efetiva de Engenheiro Agrimensor, Cartógrafo, Advogado, Assistente Social e outros, nos subitens específicos, preservando a multidisciplinaridade;
3. A redação atual do item 16.4 assegura legalidade, competitividade, economicidade e clareza quanto às responsabilidades técnicas.

Indefere-se a impugnação, mantendo-se inalterada a redação original do item 16.4, preservando-se os demais dispositivos que garantem a presença e atuação dos profissionais mencionados pela impugnante nos subitens correspondentes.

Itabaiana/SE, 11 de agosto de 2025.

Mikaely da Silva Oliveira

Mikaely da Silva Oliveira

CPF: 056.670.585-02

Membro da Equipe de Planejamento

